



<b>Público</b>  16-01-2019	<b>Periodicidade:</b> Diário	<b>Temática:</b> Justiça
	<b>Classe:</b> Informação Geral	<b>Dimensão:</b> 668 cm <sup>2</sup>
	<b>Âmbito:</b> Nacional	<b>Imagem:</b> S/Cor
	<b>Tiragem:</b> 31885	<b>Página (s):</b> 17

# 21

**Os juízes, que cancelaram a próxima data de paralisação (23 de Janeiro), cumpriram já quase metade dos 21 dias de greve que foram anunciados pela sua associação sindical**

## Greves e mais greves num sector em ebulição

### Juízes suspendem para já

Quase metade dos 21 dias de greve anunciados pela Associação Sindical de Juizes Portugueses já foram cumpridos, mas, para já, a próxima data para a paralisação que pode estender-se até Outubro deste ano foi cancelada. A 23 de Janeiro os juízes já não vão parar, porque estão a analisar uma proposta que lhes foi entregue pelo Ministério da Justiça em Dezembro. Em causa estão aspectos relacionados com a carreira dos juízes, incluindo questões salariais.

### Manifestação dos funcionários judiciais

Renegociação do estatuto profissional, salários, ingresso na carreira, promoções e regime de aposentação. São estas as razões que têm alimentado o protesto dos funcionários judiciais, que ontem se manifestaram à porta do Supremo Tribunal, em Lisboa, onde decorria a cerimónia oficial de abertura do ano judicial. Entre 5 de Novembro e 31 de Dezembro fizeram uma greve parcial, de três horas por dia, mas Janeiro promete ser diferente. De novo convocado pelo Sindicato dos Funcionários Judiciais (SFJ), começou anteaontem um novo período de paralisação que vai estender-se até ao final de Janeiro e que irá decorrer todo o dia em diferentes tribunais e outros organismos do sistema de justiça. E, se não houver evolução nas negociações, o SFJ já fez saber que haverá mais protestos nos três meses seguintes e uma greve nacional entre 29 de Abril e 3 de Maio.

### Procuradores param

De nada valeu a ministra da Justiça ter vindo a público anunciar que a possibilidade de se alterar a composição do Conselho Superior do

Ministério Público (CSMP) era uma "não questão", porque tal não iria acontecer. O Sindicato dos Magistrados do Ministério Público mantém a greve que anunciou em Dezembro e já com datas bem concretas: a 26 de Fevereiro pára o país todo, no dia seguinte, cumprem um dia de greve os procuradores do Norte e Centro e, a 27 do mesmo mês, deverão parar os de Lisboa e Sul. O protesto começou depois de ter sido sugerido no Parlamento que a actual correlação de forças no CSMP, composto por 12 procuradores e sete não magistrados (cinco dos quais eleitos pela Assembleia da República) poderia ser alterada, havendo mais elementos indicados pelo poder político. A greve, diz o sindicato, mantém-se porque aquela não é a única razão para o descontentamento.

### Guardas prisionais continuam

Por enquanto, só o Sindicato Independente do Corpo de Guardas Prisionais agendou uma greve para este ano, e está mesmo aí à porta: começa amanhã e prolonga-se até 3 de Fevereiro. Depois de várias rondas de negociações, em que estavam em cima da mesa questões tão disparees como a revisão do estatuto, alteração de horários de trabalho, actualização da tabela remunera-

tória ou novas admissões, a ministra disse, na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, que a falta de um acordo está presa por dois pontos: a equiparação da carreira de guarda prisional à da PSP e a promoção de 133 guardas. Em Dezembro, a greve dos guardas levou a protestos dos presos, descontentes com a forma como a paragem afectou a possibilidade de receberem visitas.

### Protestos na PJ e IRN

Ainda não há datas para a paralisação dos funcionários da PJ, mas Ricardo Valadas, presidente da Associação Sindical dos Funcionários de Investigação Criminal daquela polícia, garante que ela vai acontecer, algures em Fevereiro. O que fora anunciado eram dois dias de greve dos inspetores, que congregados com paralisações de outros funcionários do sector poderiam levar a 15 dias de protesto. Em greve poderão estar também os funcionários do Instituto dos Registos e Notariado (IRN), nos próximos meses de Abril (29 e 30), Maio (2 e 3) e Agosto (12, 13, 14 e 16) se não forem cumpridos os prazos já estabelecidos antes das paralisações de Dezembro para que seja resolvido um conjunto de problemas do sector. **Patrícia Carvalho**

NUNO FERREIRA SANTOS

